

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, incisos XXIII e XXV, c/c art. 40 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, desinstalação, instalação, remanejamento, carga de gás e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

Inclui-se, ainda, no escopo da contratação, a elaboração, implantação, execução e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de climatização abrangidos pelos Lotes 2 e 3, nos termos da Lei nº 13.589/2018 e normas técnicas aplicáveis, como parte integrante e indissociável dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A contratação será realizada sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço unitário, considerando a natureza variável, contínua e sob demanda dos serviços, especialmente no âmbito do Sistema de Registro de Preços (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021).

Ressalta-se que o fornecimento de peças e componentes permanentes será de responsabilidade exclusiva da Administração, cabendo à contratada a execução dos serviços de mão de obra especializada, conforme modelo adotado no planejamento da contratação e devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Tal definição visa ampliar a competitividade do certame e permitir maior controle administrativo sobre a aquisição de peças, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Excepciona-se dessa regra, de forma expressa e restrita, o fornecimento de insumos e fluidos refrigerantes utilizados nos serviços de carga de gás, os quais deverão ser integralmente providenciados pela contratada, com custos já incorporados ao valor do respectivo serviço, não sendo considerados peças ou componentes permanentes dos equipamentos.

Para fins deste instrumento, não se consideram peças permanentes os insumos consumíveis e componentes de baixo valor, tais como fluido refrigerante e capacitores, os quais poderão ser fornecidos pela contratada quando expressamente previstos.

1.1. DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES (Art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021)

A contratação será estruturada em 03 (três) lotes, considerando critérios técnicos, operacionais, de especialização dos serviços e mitigação de riscos operacionais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Riscos da contratação.

O parcelamento em lotes foi adotado com base em critérios técnicos e operacionais, não implicando restrição à competitividade, mas sim maior eficiência na execução contratual.

Lote 1 – Serviços Operacionais de Instalação, Desinstalação e Remanejamento de Aparelhos de Ar-Condicionado

Compreende a execução de serviços técnicos sob demanda relacionados à instalação, desinstalação e remanejamento de aparelhos de ar-condicionado, **estruturados e precificados por faixas de capacidade dos equipamentos (BTUs)**, abrangendo aparelhos do tipo Split e Piso-Teto.

Os serviços serão realizados conforme necessidade da Administração, contemplando, de forma integrada:

- instalação inicial de equipamentos em ambientes sem climatização;
- substituição de aparelhos existentes, incluindo retirada do equipamento antigo e instalação de novo equipamento;
- remanejamento interno de equipamentos entre setores da unidade hospitalar;
- desinstalação definitiva de equipamentos;

A precificação por capacidade (BTUs) justifica-se pela variação da complexidade técnica, tempo de execução e recursos necessários para a prestação dos serviços, garantindo maior aderência aos custos de mercado e maior precisão na formação dos preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Os quantitativos estimados foram definidos com base no levantamento do parque de climatização da unidade hospitalar, contemplando ambientes com equipamentos classificados como usados, obsoletos, passíveis de substituição ou ainda não instalados, totalizando estimativa anual de intervenções compatível com a demanda institucional.

Ressalta-se que os quantitativos possuem caráter estimativo, nos termos do Sistema de Registro de Preços (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021), não gerando obrigação de contratação integral.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, observando normas técnicas aplicáveis, sendo exigida garantia mínima de 30 (trinta) dias, contados da conclusão do serviço, para correção de eventuais falhas sem ônus adicional.

Lote 2 – Manutenção Preventiva, Serviços Complementares e Manutenção Corretiva (sem fornecimento de peças) – Aparelhos Split e Piso-Teto (9.000 a 60.000 BTUs)

Abrange a execução de serviços em equipamentos convencionais, incluindo:

a) Manutenção Preventiva (periódica trimestral):

- Higienização completa dos equipamentos (evaporadora e condensadora);
- Verificação de componentes mecânicos e elétricos;
- Testes de funcionamento e desempenho;

b) Serviços Complementares (sob demanda):

- Carga de gás refrigerante, segmentada por capacidade (BTUs);
- Substituição de capacitores;

c) Manutenção Corretiva (sob demanda):

- Serviços de mão de obra especializada, remunerados por tipo de intervenção (refrigeração, compressores, sistemas elétricos, ventilação, drenagem, entre outros);

A execução da manutenção corretiva ficará condicionada, obrigatoriamente, a:

- emissão de laudo técnico circunstanciado pela contratada;
- validação técnica pela Administração;
- aquisição prévia das peças necessárias pela Administração;
- emissão de autorização formal para execução do serviço;

d) Serviços de Desinstalação e Reinstalação vinculados à manutenção corretiva

Excepcionalmente, poderão ser executados serviços de desinstalação e posterior reinstalação de aparelhos no âmbito do Lote 2, exclusivamente quando tais procedimentos se mostrarem indispensáveis à adequada execução da manutenção corretiva.

Nessas situações:

- a necessidade deverá ser justificada por laudo técnico;
- deverá haver aprovação prévia da Administração;
- deverá ser formalizada a saída do equipamento, mediante controle patrimonial;

Ressalta-se que tais serviços possuem natureza acessória e vinculada à manutenção corretiva, **não se confundindo com os serviços autônomos previstos no Lote 1.**

Inclui-se no escopo do Lote 2 a participação no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), contemplando o cadastro, controle, atualização e registro das intervenções realizadas nos equipamentos, integrando-os ao planejamento geral de manutenção dos sistemas de climatização.

A execução do PMOC deverá observar, no mínimo:

- I** – periodicidade das manutenções conforme normas técnicas;
- II** – registro e controle das intervenções realizadas;
- III** – emissão de ART ou documento equivalente;
- IV** – atendimento à Lei nº 13.589/2018 e às normas da ANVISA.

Lote 3 – Manutenção Preventiva e Corretiva (sem fornecimento de peças) – Sistema de Climatização Central tipo Splitão Dutado (Posto III)

Compreende serviços especializados no sistema central de climatização, incluindo:

a) Manutenção Preventiva (periódica trimestral):

- Higienização completa do sistema;
- Verificação e limpeza da rede de dutos;
- Serviços mecânicos e de refrigeração;
- Inspeção e manutenção de painéis elétricos e comandos;
- Testes operacionais;

b) Manutenção Corretiva (sob demanda):

- Intervenções técnicas necessárias ao restabelecimento do funcionamento do sistema;

Trata-se de sistema crítico para o ambiente hospitalar, exigindo elevado grau de especialização técnica, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

Inclui-se no escopo do Lote 3 a elaboração, implantação e atualização integral do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) do sistema de climatização central, conforme exigido pela Lei nº 13.589/2018, devendo o plano abranger todas as rotinas de manutenção, operação e controle do sistema.

A execução do PMOC deverá observar, no mínimo:

- I** – periodicidade das manutenções conforme normas técnicas;
- II** – registro e controle das intervenções realizadas;
- III** – emissão de ART ou documento equivalente;
- IV** – atendimento à Lei nº 13.589/2018 e às normas da ANVISA.

1.2. PRAZO DE VIGÊNCIA (Arts. 84, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação observará os seguintes prazos:

- **Vigência da Ata de Registro de Preços:**
1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;
- **Vigência dos contratos decorrentes da Ata:**
até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogados sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, por se tratar de serviços contínuos (Lotes 2 e 3), conforme disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;

Ressalta-se que:

- os contratos serão formalizados conforme a necessidade da Administração;
- não há obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados;
- **o Lote 1 possui natureza eventual e sob demanda, não se caracterizando como serviço contínuo, razão pela qual os contratos dele decorrentes observarão vigência limitada ao prazo necessário à execução de cada serviço específico;**
- **os Lotes 2 e 3 possuem natureza contínua, podendo seus contratos ter vigência de até 5 (cinco) anos, prorrogáveis sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;**

1.3. PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS (Art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)

A contratação será executada conforme os itens e quantitativos estimados abaixo, estruturados por lote, com base no levantamento do parque de climatização da Fundação Hospital Frei Gabriel.

LOTE 1 – INSTALAÇÃO / DESINSTALAÇÃO / REMANEJAMENTO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs (Split)	Serviço	68
2	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs (Split)	Serviço	10
3	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs (Split)	Serviço	3
4	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs (Piso-Teto)	Serviço	3
5	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 a 60.000 BTUs (Piso-Teto)	Serviço	3
6	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs (Split)	Serviço	68
7	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 a 24.000 BTUs (Split)	Serviço	10

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
8	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs (Split)	Serviço	3
9	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs (Piso-Teto)	Serviço	3
10	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 a 60.000 BTUs (Piso-Teto)	Serviço	3

LOTE 2 – MANUTENÇÃO DE APARELHOS (SPLIT E PISO-TETO)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Manutenção preventiva aparelhos de 9.000 até 18.000 BTUs SPLIT	Serviço	172 + 25% = 215
2	Manutenção preventiva aparelhos de 22.000 até 30.000 BTUs SPLIT	Serviço	52 + 25% = 65
3	Manutenção preventiva aparelhos de 36.000 BTUs SPLIT	Serviço	4 + 25% = 5
4	Manutenção preventiva aparelhos de 36.000 até 60.000 BTUs PISO TETO	Serviço	24 + 25% = 30
5	Carga de gás aparelhos de 9.000 até 12.000 BTUs SPLIT	Serviço	20
6	Carga de gás aparelhos de 18.000 até 24.000 BTUs SPLIT	Serviço	20
7	Carga de gás aparelhos de 36.000 BTUs SPLIT	Serviço	10
8	Carga de gás aparelhos de 36.000 BTUs PISO TETO	Serviço	5
9	Carga de gás aparelhos de 48.000 até 60.000 BTUs PISO TETO	Serviço	5
10	Troca de capacitores de diversos tamanhos (com fornecimento + mão de obra)	Serviço	60
11	Serviço de manutenção corretiva (sem fornecimento de peças)	Serviço	60
12	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 a 12.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)	Serviço	10
13	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)	Serviço	10
14	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)	Serviço	6
15	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs PISO TETO (vinculada à corretiva)	Serviço	5
16	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTUs PISO TETO (vinculada à corretiva)	Serviço	5
17	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 até 12.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)	Serviço	10
18	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)	Serviço	10
19	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de	Serviço	6

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
	36.000 BTUs SPLIT (vinculada à corretiva)		
20	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTUs PISO TETO (vinculada à corretiva)	Serviço	5
21	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTUs PISO TETO (vinculada à corretiva)	Serviço	5
22	Elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) – equipamentos Split e Piso-Teto	Serviço	1

LOTE 3 – SISTEMA CENTRAL (SPLITÃO DUTADO – POSTO III)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Manutenção preventiva trimestral – Sistema Splitão dutado	Hora Técnica	24
2	Manutenção corretiva – Sistema Splitão dutado	Hora Técnica	36
3	Elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) – sistema central Splitão dutado	Serviço	1

Observação quanto à unidade de medição – Lote 3:

Para fins de medição e pagamento, os serviços serão remunerados com base nas horas técnicas efetivamente trabalhadas pela equipe da contratada no local da prestação do serviço, mediante comprovação por relatórios de apontamento de horas validados pela fiscalização:

- todos os equipamentos vinculados ao sistema;
- unidades evaporadoras e condensadoras;
- rede completa de dutos;
- componentes mecânicos, elétricos e de ventilação;
- sistemas de filtragem e distribuição de ar;

A manutenção preventiva do Lote 3 será remunerada com base nas **horas técnicas** efetivamente empregadas na execução das rotinas preventivas previstas para o sistema, admitindo-se a medição por intervenção, etapa executada ou tempo efetivamente despendido, desde que devidamente registrada em Ordem de Serviço, acompanhada de relatório técnico, registro fotográfico e folha de apontamento de horas validada pela fiscalização.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), elaborados nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, os quais demonstraram, de forma técnica e motivada, que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de sistemas de climatização constitui a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração.

A modelagem adotada — consistente na **terceirização dos serviços de manutenção sem o fornecimento de peças pela contratada** — mostrou-se a alternativa mais eficiente sob os aspectos técnico, econômico e de governança, permitindo:

- maior controle por parte da Administração sobre a aquisição de peças e componentes;
- mitigação de riscos de sobrepreço e substituições indevidas;
- maior transparência e rastreabilidade entre diagnóstico técnico, aquisição de insumos e execução dos serviços;
- melhor previsibilidade orçamentária e controle dos custos de manutenção;

Tal solução encontra respaldo no princípio da eficiência e da economicidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como na diretriz de planejamento das contratações públicas estabelecida no art. 11 da referida Lei.

A adequada climatização dos ambientes hospitalares constitui requisito essencial ao funcionamento da Fundação Hospital Frei Gabriel, impactando diretamente:

- a qualidade do ar e o conforto térmico de pacientes e profissionais;
- a segurança sanitária, especialmente em ambientes críticos;
- a prevenção de riscos assistenciais e operacionais;
- a conservação de equipamentos hospitalares sensíveis às condições ambientais;

Ressalta-se, ainda, que a necessidade da contratação foi intensificada em razão da inexecução contratual verificada no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 018/2025, que comprometeu a continuidade dos serviços de manutenção, exigindo a adoção de nova contratação para restabelecimento da normalidade operacional.

Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza contínua e recorrente dos serviços de manutenção preventiva (Lotes 2 e 3), bem como pela imprevisibilidade e variabilidade das demandas por manutenção corretiva e serviços operacionais (Lote 1), não sendo possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos a serem executados ao longo da vigência da contratação.

A solução proposta também se mostra adequada sob a ótica da gestão de riscos, conforme evidenciado no Mapa de Riscos elaborado, que identificou e tratou riscos relevantes relacionados à execução contratual, tais como:

- indisponibilidade de peças pela Administração;
- falhas na execução dos serviços de manutenção;
- riscos operacionais e sanitários decorrentes de climatização inadequada;
- riscos patrimoniais relacionados à retirada de equipamentos para manutenção externa;

Dessa forma, conclui-se que a contratação se encontra devidamente fundamentada sob os aspectos técnico, jurídico e administrativo, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, nos termos dos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021)

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de sistemas de climatização, estruturada de forma integrada e contínua, contemplando atividades preventivas periódicas e corretivas sob demanda, conforme as necessidades operacionais da Fundação Hospital Frei Gabriel.

A execução dos serviços será organizada em três eixos principais, correspondentes aos

lotes definidos na contratação:

I – Serviços Operacionais (Lote 1)

Compreende a execução de serviços de instalação, desinstalação e remanejamento de aparelhos de ar-condicionado, realizados sob demanda e **precificados de acordo com a capacidade dos equipamentos (BTUs)**.

Esses serviços abrangem:

- instalação inicial em ambientes sem climatização;
- substituição de equipamentos existentes;
- remanejamento interno entre setores;
- desinstalação definitiva;

Tais intervenções possuem natureza operacional e não contínua, sendo executadas conforme necessidade da Administração.

II – Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado (Lote 2)

A manutenção dos equipamentos do tipo Split e Piso-Teto será realizada de forma periódica e sob demanda, conforme a natureza de cada intervenção, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento dos aparelhos, a qualidade do ar interior, a segurança sanitária dos ambientes hospitalares e a preservação da vida útil dos equipamentos.

a) Manutenção preventiva

A manutenção preventiva deverá ser executada com **periodicidade trimestral**, compreendendo, no mínimo, os seguintes serviços:

- higienização completa das unidades evaporadoras e condensadoras;
- limpeza de filtros de ar, carenagens, bandejas de condensado, drenos e serpentinas;
- remoção de sujidades, poeiras, incrustações, resíduos orgânicos e demais impurezas acumuladas;
- verificação e limpeza do sistema de drenagem, com desobstrução quando necessária;
- verificação do estado de conservação das tubulações, suportes, isolamentos e conexões;
- inspeção de vazamentos de fluido refrigerante;
- aferição das pressões e temperaturas de operação;
- verificação dos níveis de fluido refrigerante;
- inspeção e reaperto de conexões elétricas;
- verificação de componentes mecânicos e elétricos, incluindo motores, ventiladores, hélices, capacitores, relés, contadores e demais dispositivos de funcionamento;
- testes de funcionamento geral, desempenho, acionamento e resposta operacional;
- avaliação das condições gerais de operação dos equipamentos;
- emissão de relatório técnico detalhado, com indicação do estado do equipamento, serviços executados e eventuais recomendações;

Produtos e materiais de higienização

Considerando tratar-se de ambiente hospitalar, a higienização dos aparelhos deverá ser realizada com produtos e insumos adequados à natureza dos serviços, observando critérios de segurança sanitária, compatibilidade com os componentes dos equipamentos e ausência de risco de contaminação dos ambientes.

Deverão ser utilizados, no mínimo:

- detergente neutro biodegradável, apropriado para limpeza técnica de superfícies

- e componentes;
- produto desengraxante ou limpador específico para serpentinas, não corrosivo e compatível com alumínio, cobre e demais materiais do equipamento;
- desinfetante ou sanitizante adequado para superfícies e componentes de sistemas de climatização, compatível com uso em ambiente hospitalar;
- panos, escovas, pulverizadores e materiais de limpeza em condições adequadas de uso, sem risco de danificar os equipamentos;

Os produtos utilizados deverão observar as seguintes exigências:

- não conter substâncias corrosivas que possam danificar serpentinas, bandejas, carcaças, tubulações, fiações ou componentes elétricos;
- ser compatíveis com os materiais constitutivos dos aparelhos;
- não deixar resíduos tóxicos, odores persistentes ou contaminantes no sistema;
- ser adequados à higienização de equipamentos instalados em ambiente hospitalar;

É vedada a utilização de produtos improvisados, abrasivos, inflamáveis ou inadequados à limpeza de sistemas de climatização.

A Administração poderá exigir da contratada a apresentação das especificações técnicas, fichas de segurança ou informações mínimas dos produtos utilizados, sempre que necessário para fins de fiscalização.

Finalidade da manutenção preventiva

A manutenção preventiva tem por finalidade:

- preservar o desempenho e a eficiência dos equipamentos;
- reduzir falhas e paralisações;
- garantir condições adequadas de limpeza e qualidade do ar;
- prevenir riscos sanitários em ambiente hospitalar;
- prolongar a vida útil dos aparelhos;
- reduzir consumo excessivo de energia elétrica decorrente de operação ineficiente;

b) Serviços complementares (sob demanda)

Incluindo:

- **carga de gás refrigerante**, segmentada por capacidade (BTUs), compreendendo o fornecimento integral do fluido refrigerante, bem como toda a mão de obra necessária à sua aplicação, incluindo procedimentos de aferição, teste de estanqueidade e verificação do sistema, estando todos os custos obrigatoriamente incorporados ao valor do serviço, não sendo admitida cobrança adicional por insumos, materiais ou quaisquer itens vinculados à sua execução;
- **substituição de capacitores**, compreendendo o fornecimento integral do componente (capacitor) e a respectiva mão de obra necessária à sua instalação, estando ambos os custos obrigatoriamente incorporados ao valor do serviço, não sendo admitida cobrança adicional por peças ou materiais vinculados a este item;

Para os serviços de **substituição de capacitores** e de **carga de gás refrigerante**, considera-se que os itens licitados contemplam solução completa, incluindo o **fornecimento integral** dos insumos necessários (capacitor ou fluido refrigerante, conforme o caso) e a execução da respectiva **mão de obra**, não se aplicando, nestas hipóteses específicas, a regra geral de vedação ao fornecimento de peças.

c) Manutenção corretiva (sob demanda)

Consiste na execução de reparos necessários ao restabelecimento do funcionamento dos

equipamentos, sendo **remunerada exclusivamente pela mão de obra aplicada**, conforme tipos de intervenção previamente definidos.

A execução da manutenção corretiva ficará condicionada, obrigatoriamente, a:

- emissão prévia de laudo técnico circunstanciado pela contratada;
- validação e aprovação pela Administração;
- aquisição prévia das peças pela Administração;
- autorização formal para execução do serviço;

d) Serviços passíveis de execução na manutenção corretiva

A manutenção corretiva compreende a execução de serviços de mão de obra especializada destinados ao restabelecimento do pleno funcionamento dos sistemas de climatização, podendo abranger, conforme o diagnóstico técnico, as seguintes intervenções:

- reparo e substituição de componentes do sistema de refrigeração;
- intervenção em compressores, incluindo instalação e ajustes;
- manutenção em motores e ventiladores;
- serviços em sistemas elétricos, incluindo fiação, relés, contadores e comandos;
- manutenção e desobstrução de sistemas de drenagem;
- correção de vazamentos no sistema frigorífico;
- testes de estanqueidade e pressurização;
- ajustes e regulagens de desempenho dos equipamentos;
- limpeza técnica corretiva de componentes internos;
- reconfiguração e ajustes operacionais do sistema;

A execução de qualquer serviço corretivo ficará condicionada à emissão prévia de laudo técnico circunstanciado pela contratada, à validação pela Administração e à prévia disponibilização das peças necessárias, sendo vedada a execução de serviços não autorizados.

e) Desinstalação e reinstalação vinculadas à manutenção corretiva (Lote 2)

Quando tecnicamente necessário, poderão ser realizados serviços de retirada e posterior reinstalação dos equipamentos, exclusivamente para viabilizar a execução de reparos em ambiente externo.

Nesses casos:

- deverá haver justificativa técnica formal;
- será exigido controle patrimonial da saída do equipamento;
- deverão ser observados prazos para devolução e reinstalação;

III – Manutenção do Sistema de Climatização Central (Lote 3)

Abrange os serviços especializados de manutenção do sistema de climatização central tipo Splitão dutado (Posto III), considerado sistema crítico para o ambiente hospitalar, cuja operação adequada é essencial para a qualidade do ar, controle de infecção e segurança sanitária.

a) Manutenção preventiva trimestral

A manutenção preventiva deverá ser executada de forma completa e integrada em todo o sistema, compreendendo, no mínimo, as seguintes atividades:

- higienização completa das unidades evaporadoras e condensadoras;
- limpeza, desobstrução e higienização da rede de dutos de distribuição de ar;
- limpeza e/ou substituição de filtros de ar, quando aplicável;
- verificação e limpeza de serpentinas, bandejas de condensado e drenos;
- inspeção e ajuste de ventiladores, motores e correias;

- verificação do sistema frigorífico, incluindo pressões, temperaturas e estanqueidade;
- inspeção de vazamentos de fluido refrigerante;
- verificação e reaperto de conexões elétricas;
- manutenção de painéis elétricos, comandos e sistemas de controle;
- testes de funcionamento geral e desempenho do sistema;
- aferição dos parâmetros operacionais (pressão, temperatura, vazão de ar);

b) Reposição de gás na preventiva

Caso, durante a execução da manutenção preventiva, seja constatado que os níveis de fluido refrigerante se encontrem abaixo dos parâmetros técnicos recomendados para operação adequada do sistema, a contratada deverá realizar a **complementação da carga de gás necessária**, sem ônus adicional para a Administração.

A recomposição do fluido refrigerante, nessas condições, será considerada **parte integrante da manutenção preventiva**, não sendo admitida cobrança adicional por serviço de carga de gás.

c) Manutenção corretiva (sob demanda)

A manutenção corretiva compreende a execução de serviços destinados ao restabelecimento do funcionamento do sistema de climatização, podendo abranger, conforme diagnóstico técnico, as seguintes intervenções:

- reparos no sistema de refrigeração;
- substituição ou ajuste de compressores;
- manutenção em motores, ventiladores e sistemas de insuflamento;
- reparos em sistemas elétricos, incluindo painéis, comandos e automação;
- correção de falhas em sensores, controladores e dispositivos de controle;
- intervenção na rede de dutos, incluindo vedação, ajuste ou recomposição;
- correção de vazamentos no sistema frigorífico;
- desobstrução de linhas e sistemas de drenagem;
- ajustes de desempenho e balanceamento do sistema;
- outras intervenções técnicas necessárias ao pleno funcionamento do sistema;

d) Unidade de medição da manutenção corretiva

A manutenção corretiva será medida e remunerada com base nas horas técnicas efetivamente trabalhadas pela equipe da contratada no local da prestação do serviço, mediante comprovação por relatórios de apontamento de horas validados pela fiscalização.

e) Inclusão de serviços de instalação/desinstalação

Nos casos em que a execução da manutenção corretiva exigir a retirada, deslocamento ou reinstalação de componentes do sistema (equipamentos, módulos ou partes do sistema), tais serviços serão considerados **parte integrante da manutenção corretiva**, não sendo admitida cobrança adicional por instalação ou desinstalação no âmbito do Lote 3.

f) Condicionantes para execução da corretiva

A execução da manutenção corretiva ficará condicionada a:

- emissão prévia de laudo técnico circunstanciado pela contratada;
- validação do diagnóstico pela fiscalização;
- disponibilização das peças pela Administração;

IV – Diretrizes Gerais da Execução dos Serviços (Arts. 11, 40 e 117 da Lei nº 14.133/2021)

A execução dos serviços deverá observar as seguintes premissas fundamentais, visando garantir qualidade técnica, segurança sanitária, rastreabilidade e controle da execução contratual:

- todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, devidamente capacitados e, quando aplicável, habilitados para atividades técnicas específicas, observando normas técnicas vigentes e boas práticas de manutenção;
- as intervenções deverão ser registradas formalmente por meio de Ordens de Serviço (OS) e relatórios técnicos detalhados, garantindo rastreabilidade, controle e transparência da execução;
- deverá ser mantido registro fotográfico obrigatório dos serviços executados, antes e após as intervenções, especialmente para atividades de manutenção preventiva, corretiva e higienização;
- os serviços deverão ser executados de forma a não comprometer o funcionamento das atividades hospitalares, devendo a contratada observar as rotinas operacionais da unidade e atuar, sempre que necessário, em horários previamente ajustados com a Administração;
- deverá ser assegurada a integridade dos equipamentos, instalações e ambientes durante a execução dos serviços, sendo a contratada responsável por eventuais danos decorrentes de falhas na execução;
- é obrigatória a observância das normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e, quando aplicável, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);
- os serviços deverão observar as condições sanitárias exigidas para ambientes hospitalares, evitando contaminações cruzadas e garantindo a adequada higienização dos sistemas de climatização;
- toda intervenção corretiva deverá ser precedida de diagnóstico técnico formal (laudo), validado pela fiscalização, antes da execução do serviço;
- não será permitida a execução de serviços sem prévia autorização da Administração, exceto em situações emergenciais devidamente justificadas e comunicadas imediatamente;
- a contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (SLA), especialmente em áreas críticas como UTI, centro cirúrgico e emergência;
- os materiais, insumos e ferramentas utilizados deverão ser adequados ao tipo de serviço, compatíveis com os equipamentos e apropriados para uso em ambiente hospitalar;
- deverá ser garantida a rastreabilidade das intervenções realizadas, incluindo identificação do técnico responsável, data, local, serviço executado e resultado obtido;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Arts. 6º, XXIII; 11; e 18 da Lei nº 14.133/2021)

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e de segurança compatíveis com a natureza dos serviços a serem executados, especialmente considerando o ambiente hospitalar e a criticidade dos sistemas de climatização.

4.1. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem a execução de serviços similares.

Deverá ser comprovada, especialmente:

- experiência na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização;
- aptidão para intervenção em equipamentos do tipo Split e Piso-Teto;
- **capacidade técnica para atuação em sistemas centrais de climatização tipo Splitão dutado (Lote 3)**, considerando a complexidade e criticidade desse sistema em ambiente hospitalar;

A comprovação de capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, em características, quantidades e prazos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Segurança e Medicina do Trabalho

A contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho aplicáveis, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) pertinentes às atividades executadas, incluindo, mas não se limitando a:

- trabalhos em altura;
- serviços com eletricidade;
- atividades em ambientes hospitalares;

Será obrigatório:

- o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- a adoção de medidas de proteção coletiva quando aplicável;
- a capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos;

A fiscalização contratual poderá exigir a comprovação do cumprimento dessas obrigações, podendo suspender a execução dos serviços em caso de risco iminente ou descumprimento das normas de segurança.

4.3. Vedação à Aquisição de Bens de Luxo

Fica vedada a especificação, fornecimento ou utilização de bens de consumo que possam ser enquadrados como de luxo, devendo eventuais insumos e componentes utilizados restringirem-se estritamente ao necessário para a adequada execução do serviço público.

Tal vedação observa o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto nº 10.818/2021, devendo a Administração e a contratada pautarem-se pelos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

4.4. Tratamento Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

A contratação observará o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Para os itens ou lotes cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será assegurada **participação exclusiva de ME/EPP**, conforme previsto no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar e regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

Nos demais casos, poderão ser aplicados os benefícios de:

- empate ficto;
- regularização fiscal tardia;

desde que atendidos os requisitos legais.

4.5. Requisitos Técnicos da Execução dos Serviços

A execução dos serviços deverá observar as seguintes diretrizes:

- realização de manutenção preventiva com periodicidade mínima trimestral;
- execução de manutenção corretiva sob demanda, mediante solicitação da Administração;
- emissão obrigatória de laudo técnico para intervenções corretivas;
- observância das normas técnicas aplicáveis aos sistemas de climatização;
- registro formal das atividades por meio de ordens de serviço e relatórios técnicos;

Para os serviços de **substituição de capacitores e de carga de gás refrigerante**, considera-se que os itens licitados contemplam solução completa, incluindo o fornecimento integral dos insumos necessários (capacitor ou fluido refrigerante, conforme o caso) e a execução da respectiva mão de obra, não se aplicando, nestas hipóteses específicas, a regra geral de vedação ao fornecimento de peças.

4.6. Coerência de Preços entre Itens Similares em Lotes Distintos (Arts. 5º, 11 e 23 da Lei nº 14.133/2021)

Considerando que a estrutura da contratação contempla itens de natureza semelhante distribuídos entre diferentes lotes, especialmente no que se refere a serviços técnicos com características equivalentes, deverá ser observada a coerência e compatibilidade dos preços ofertados.

Na hipótese de um mesmo licitante sagrar-se vencedor de mais de um lote contendo itens tecnicamente equivalentes ou similares, a Administração poderá exigir a aplicação do menor valor unitário ofertado entre tais itens, visando assegurar a economicidade e a vantajosidade da contratação.

Alternativamente, caso haja divergência de preços para serviços equivalentes, a licitante deverá apresentar justificativa técnica e econômica fundamentada, a qual será analisada pela Administração quanto à sua razoabilidade e compatibilidade com os preços de mercado.

A presente disposição fundamenta-se:

- no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa;
- no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre o dever de planejamento das contratações públicas, incluindo a adoção de medidas para evitar distorções e assegurar a melhor utilização dos recursos públicos;
- no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, que determina que os preços contratados devem ser compatíveis com os praticados no mercado;
- e no **art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, que exige a definição clara e objetiva do critério de julgamento e das condições de execução contratual.

Tal medida visa evitar distorções de preços entre itens equivalentes, prevenir sobrepreço indireto, garantir a coerência das propostas e assegurar a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

4.7. Visita Técnica (Facultativa)

Com o objetivo de proporcionar aos licitantes pleno conhecimento das condições reais de execução dos serviços, especialmente em razão da complexidade do parque de climatização e das particularidades do ambiente hospitalar, será facultada a realização de visita técnica às instalações da Fundação Hospital Frei Gabriel.

A visita técnica tem por finalidade permitir a adequada avaliação:

- das condições físicas dos locais de execução dos serviços;
- da disposição e estado dos equipamentos;
- das dificuldades operacionais e logísticas envolvidas;
- dos riscos inerentes à execução dos serviços, especialmente nos Lotes 2 e 3;

A visita deverá ser previamente agendada junto à Administração, em data e horário a serem definidos no edital.

A realização da visita técnica **não será obrigatória**, sendo facultada aos licitantes.

Na hipótese de o licitante optar por não realizar a visita técnica, deverá apresentar **declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto**, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução contratual, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições locais para fins de revisão de preços ou descumprimento contratual.

A Administração não se responsabilizará por eventuais erros na formulação das propostas decorrentes da ausência de visita técnica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO – SLA (Arts. 11, 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021)

A execução dos serviços dar-se-á mediante demanda da Administração, formalizada por meio de **Ordem de Serviço (OS)**, emitida pelo Fiscal Técnico ou autoridade competente, contendo a identificação do serviço, local, prazo e demais informações necessárias à sua execução.

5.1. Execução dos Serviços Operacionais – Lote 1 (Instalação, Desinstalação e Remanejamento)

Os serviços previstos no Lote 1 serão executados sob demanda, conforme necessidade da Administração, observando-se a estrutura de preços por capacidade dos equipamentos (BTUs).

5.1.1. Escopo dos Serviços

Compreendem:

- instalação de aparelhos de ar-condicionado;
- desinstalação de equipamentos;
- remanejamento interno entre ambientes;

Abrangendo:

- instalação inicial em ambientes sem climatização;
- substituição de equipamentos existentes;
- realocação interna de equipamentos;

5.1.2. Procedimentos de Execução

A execução deverá observar:

- avaliação prévia das condições do local;
- instalação conforme normas técnicas aplicáveis;
- fixação adequada das unidades internas e externas;
- interligação elétrica e frigorífica;

- testes de funcionamento e desempenho;

Nos casos de desinstalação:

- retirada segura do equipamento;
- preservação da integridade do bem;

Nos casos de remanejamento:

- desinstalação, transporte interno e reinstalação completa;

5.1.3. Comprovação da Execução

Para fins de medição e pagamento, será obrigatória a apresentação de:

- relatório técnico do serviço executado;
- **registro fotográfico antes e após a execução;**
- identificação do equipamento e do local de instalação;

A ausência de comprovação adequada poderá ensejar glosa do pagamento.

5.1.4. Prazos de Execução (SLA – Lote 1)

Tipo de Serviço	Prazo Máximo
Instalação/Desinstalação – áreas críticas	até 24 horas
Instalação/Desinstalação – demais áreas	até 48 horas
Remanejamento interno	até 48 horas

5.1.5. Garantia dos Serviços

Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de:

30 (trinta) dias, contados da conclusão, obrigando a contratada a corrigir eventuais falhas sem ônus para a Administração.

5.2. Manutenção Preventiva (Lotes 2 e 3)

A manutenção preventiva será executada de forma periódica, com frequência mínima trimestral, conforme cronograma a ser elaborado e validado pelo Fiscal Técnico do contrato.

5.2.1. Serviços em Equipamentos (Lote 2)

- higienização completa das unidades (evaporadoras e condensadoras);
- verificação de componentes mecânicos e elétricos;
- testes de funcionamento e desempenho;
- aferição das condições operacionais;

5.2.2. Sistema Central – Splitão Dutado (Lote 3)

Deverá incluir obrigatoriamente:

- limpeza interna da rede de dutos;
- inspeção dos sistemas de ventilação e filtragem;
- verificação de painéis elétricos e comandos;
- **limpeza, reposição e substituição de filtros, mantas filtrantes, pré-filtros, elementos filtrantes e demais insumos consumíveis de praxe necessários à adequada execução da manutenção preventiva do sistema;**
- **fornecimento, quando necessário, de materiais de vedação, fitas, elementos de fixação, produtos de higienização, saneantes, desincrustantes, lubrificantes e demais insumos rotineiros indispensáveis**

à preventiva.

5.2.3. Comprovação da Execução

A contratada deverá apresentar:

- relatório técnico detalhado;
- **registro fotográfico antes e após a execução**, especialmente da higienização interna dos equipamentos e dutos;

A ausência de comprovação poderá ensejar glosa do pagamento.

Observação quanto à unidade de medição – Lote 3:

Para fins de medição e pagamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Lote 3 serão remunerados com base nas **horas técnicas** efetivamente trabalhadas pela equipe da contratada no local da prestação do serviço, admitindo-se a medição por intervenção, etapa executada ou tempo efetivamente despendido, desde que devidamente registrada em Ordem de Serviço, acompanhada de relatório técnico, registro fotográfico e folha de apontamento de horas (timesheet) validada pela fiscalização.

Somente serão consideradas para pagamento as horas efetivamente comprovadas, compatíveis com a complexidade da intervenção executada e formalmente atestadas pelo Fiscal Técnico ou responsável do setor demandante.

5.2.4. Margem de Expansão do Parque de Equipamentos (Lote 2)

Considerando a possibilidade de ampliação do parque de climatização da unidade hospitalar ao longo da vigência da contratação, decorrente da instalação de novos equipamentos em ambientes atualmente não climatizados ou da substituição de aparelhos obsoletos, os quantitativos estimados de manutenção preventiva do Lote 2 contemplam margem técnica de expansão.

Para fins de planejamento e execução contratual, admite-se variação de até **25% (vinte e cinco por cento)** no quantitativo estimado de manutenções preventivas, a fim de absorver a inclusão de novos equipamentos no ciclo de manutenção periódica, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

Tal previsão encontra respaldo:

- na natureza estimativa do Sistema de Registro de Preços (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021);
- no princípio do planejamento e da eficiência (art. 11 da Lei nº 14.133/2021);
- na necessidade de continuidade dos serviços essenciais em ambiente hospitalar (art. 5º da Lei nº 14.133/2021);

A inclusão de novos equipamentos no cronograma de manutenção preventiva deverá ser formalizada por meio de Ordem de Serviço e registrada pela fiscalização contratual.

5.3. Manutenção Corretiva – Fluxo de Execução (Lotes 2 e 3)

A manutenção corretiva será executada sob demanda, observando o seguinte fluxo:

I – Abertura de chamado

Emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

II – Diagnóstico técnico

A contratada deverá:

- inspecionar o equipamento;
- identificar a falha;
- emitir laudo técnico circunstanciado contendo:
 - descrição do defeito;
 - peças necessárias;
 - classificação do serviço;

III – Aprovação e fornecimento de peças

- validação do laudo pela Administração;
- aquisição das peças pela Administração;
- emissão de autorização formal;

IV – Execução do serviço

Execução da manutenção corretiva, limitada à mão de obra.

V – Comprovação da execução

Obrigatória a apresentação de:

- relatório técnico conclusivo;
- **registro fotográfico antes e após o reparo;**

VI – Retirada de equipamento (quando aplicável)

- justificativa técnica obrigatória;
- emissão de termo de saída patrimonial;
- controle de prazo para devolução;

VII – Recolhimento e Reposição de Gás Refrigerante

Nos casos em que, para execução da manutenção corretiva, houver necessidade de recolhimento do gás refrigerante existente no equipamento, a contratada deverá realizar:

- a recuperação adequada do fluido refrigerante, conforme boas práticas técnicas e normas ambientais aplicáveis;
- a posterior reposição integral da carga de gás necessária ao perfeito funcionamento do equipamento;

A reposição do gás refrigerante, nessas hipóteses, **não será objeto de cobrança adicional**, devendo ser considerada como parte integrante da execução do serviço de manutenção corretiva.

Fica vedada a cobrança de novo serviço de “carga de gás” quando a retirada do fluido decorrer exclusivamente da necessidade de execução do reparo técnico.

Tal medida visa garantir:

- a vedação ao enriquecimento sem causa;
- a economicidade da contratação (art. 5º da Lei nº 14.133/2021);
- a coerência entre os serviços executados e os itens efetivamente devidos;

5.4. Acordo de Níveis de Serviço – SLA (Lotes 2 e 3)

5.4.1. Tempo de resposta para diagnóstico

Tipo de ambiente	Prazo
Áreas críticas (UTI, Centro Cirúrgico, Emergência)	até 4 horas
Demais áreas	até 24 horas

5.4.2. Tempo de execução da corretiva

Após disponibilização da peça:

Tipo de ambiente	Prazo
Áreas críticas	até 24 horas
Demais áreas	até 48 horas

Justificativa dos Níveis de Serviço (SLA)

Os prazos estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (SLA) foram definidos com base na natureza essencial e crítica dos serviços de climatização em ambiente hospitalar, considerando os riscos operacionais, sanitários e assistenciais decorrentes da indisponibilidade dos equipamentos.

Nos ambientes classificados como áreas críticas, tais como Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Centro Cirúrgico e setores de emergência, a interrupção do funcionamento dos sistemas de climatização pode comprometer diretamente:

- a estabilidade térmica necessária à realização de procedimentos médicos;
- a qualidade do ar e o controle de infecções;
- a conservação de medicamentos e insumos sensíveis;
- a segurança de pacientes em estado crítico;

Dessa forma, o prazo de até **4 (quatro) horas para diagnóstico** e de até **24 (vinte e quatro) horas para execução da manutenção corretiva**, após disponibilização das peças, mostra-se **tecnicamente adequado, proporcional e necessário**, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim requisito mínimo para garantia da continuidade do serviço público de saúde.

Para as demais áreas da unidade hospitalar, os prazos foram definidos de forma mais flexível (**até 24 horas para diagnóstico e até 48 horas para execução da corretiva**), considerando o menor grau de criticidade, o que demonstra a adoção de critérios proporcionais e razoáveis.

Ressalta-se que:

- os prazos estabelecidos são compatíveis com práticas de mercado para serviços de manutenção em ambientes hospitalares;
- não exigem estrutura extraordinária ou inviável para empresas do ramo;
- visam assegurar a eficiência da contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021;
- atendem ao princípio da continuidade do serviço público e à supremacia do interesse público, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

Dessa forma, os níveis de serviço definidos constituem exigência técnica indispensável à adequada execução do objeto, não caracterizando restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária à proteção do interesse público e à segurança sanitária da unidade hospitalar.

5.4.3. Devolução de equipamento retirado

até **5 (cinco) dias úteis**, salvo justificativa aceita.

5.5. Penalidades e Glosas por Descumprimento do SLA

O descumprimento injustificado dos prazos poderá ensejar:

- aplicação de sanções administrativas (arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021);

- glosa proporcional de valores;
- registro de desempenho da contratada;

5.6. Fiscalização e Controle da Execução

A execução será acompanhada por:

- Gestor do Contrato;
- Fiscal Técnico;
- Fiscal Administrativo;

nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

Compete à fiscalização:

- emitir ordens de serviço;
- validar laudos técnicos;
- atestar execução;
- controlar SLA;
- autorizar pagamentos;

A elaboração do PMOC constitui atividade inicial e estruturante da contratação, não se confundindo com os serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, não sendo admitida cobrança recorrente ou duplicada por sua atualização, a qual deverá ocorrer **sem ônus adicional durante a vigência contratual**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.246/2022)

A gestão contratual observará o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com designação de gestor e fiscais técnico e administrativo, responsáveis pelo acompanhamento, medição, fiscalização e aceite dos serviços.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por equipe composta por **Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo**, cujas atribuições serão definidas de forma clara e complementar, assegurando o adequado controle da execução dos serviços, da conformidade técnica e da regularidade administrativa.

6.1. Fiscalização Técnica

Compete ao Fiscal Técnico do contrato:

- emitir e controlar as Ordens de Serviço (OS);
- acompanhar a execução dos serviços em campo;
- avaliar o diagnóstico técnico apresentado pela contratada nas manutenções corretivas;
- validar os laudos técnicos circunstanciados;
- verificar e validar os registros fotográficos apresentados antes e após a execução dos serviços;
- acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos no SLA;
- atestar a execução dos serviços para fins de recebimento provisório;
- lavrar o Termo de Recebimento Provisório, quando aplicável;
- comunicar formalmente ao Gestor do Contrato eventuais falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais;

O Fiscal Técnico será o principal responsável pelo controle da qualidade da execução dos serviços e pela verificação da conformidade técnica das intervenções realizadas.

6.2. Fiscalização Administrativa

Compete ao Fiscal Administrativo:

- verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- apoiar o controle da execução financeira do contrato;
- acompanhar prazos contratuais e vigência dos instrumentos;
- auxiliar na conferência documental para fins de pagamento;
- registrar ocorrências administrativas relevantes;
- apoiar o Gestor do Contrato na instrução de processos administrativos, quando necessário;

A atuação do Fiscal Administrativo visa assegurar a conformidade documental e a regularidade formal da execução contratual.

6.3. Gestor do Contrato

Compete ao Gestor do Contrato:

- coordenar a execução global do contrato;
- supervisionar a atuação dos fiscais técnico e administrativo;
- manter o relacionamento institucional com a contratada;
- consolidar informações sobre a execução contratual;
- avaliar o desempenho da contratada;
- lavrar o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços;
- adotar providências em caso de descumprimento contratual;
- propor e aplicar sanções administrativas, quando cabíveis, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;
- deliberar sobre situações excepcionais, mediante manifestação técnica;

6.4. Instrumentos de Controle da Execução

A gestão contratual será apoiada pelos seguintes instrumentos:

- Ordens de Serviço (OS);
- Laudos técnicos de diagnóstico e execução;
- Relatórios técnicos de manutenção;
- Registros fotográficos antes e após a execução dos serviços;
- Controle de prazos e indicadores de SLA;
- Registro de ocorrências e não conformidades;

6.5. Gestão de Riscos e Ocorrências

A fiscalização deverá observar os riscos previamente identificados no Mapa de Riscos da contratação, adotando medidas preventivas e corretivas, especialmente nos casos de:

- descumprimento de prazos do SLA;
- execução inadequada dos serviços;
- inconsistência em laudos técnicos;
- retirada e devolução de equipamentos;
- ausência de peças disponibilizadas pela Administração;
- descumprimento de normas de segurança do trabalho;

As ocorrências deverão ser formalmente registradas e poderão ensejar a adoção de medidas administrativas, inclusive aplicação de sanções.

6.6. Comunicação e Registro das Atividades

Toda comunicação relevante entre a Administração e a contratada deverá ser formalizada, preferencialmente por meio eletrônico, garantindo:

- rastreabilidade das informações;
- transparência da execução;
- segurança jurídica do contrato;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021)

A medição dos serviços será realizada **por demanda**, mediante emissão de ordem de serviço, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, com base nos valores unitários registrados na ata de registro de preços.

7.1. Critérios de Medição por Tipo de Serviço

A medição considerará:

I – Lote 1 (Serviços Operacionais)

- quantidade de instalações realizadas;
- quantidade de desinstalações executadas;
- quantidade de remanejamentos concluídos;

II – Lote 2 (Manutenção de Equipamentos)

- quantidade de equipamentos submetidos à manutenção preventiva;
- quantidade de serviços de manutenção corretiva executados, por tipo de intervenção;
- quantidade de cargas de gás realizadas;
- quantidade de substituições de capacitores;

III – Lote 3 (Sistema Central)

- quantidade de horas técnicas efetivamente trabalhadas nas manutenções preventivas e corretivas;

Para os itens relativos à elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), o pagamento será realizado em parcela única, condicionada à entrega do documento completo, devidamente elaborado por responsável técnico habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e após validação e aprovação pela fiscalização contratual.

7.2. Condições para Medição

Somente serão considerados para medição os serviços que:

- tenham sido previamente autorizados por Ordem de Serviço (OS);
- tenham sido executados conforme as especificações contratuais;
- tenham sido devidamente atestados pelo Fiscal Técnico;

7.3. Documentação Obrigatória para Pagamento

O pagamento ficará condicionado à apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos:

I – Documentação técnica:

- relatório técnico detalhado dos serviços executados;
- **registro fotográfico antes e após a execução**, incluindo:
 - manutenção preventiva;
 - manutenção corretiva;
 - higienização de dutos (quando aplicável);

II – Documentação fiscal:

- nota fiscal/fatura correspondente aos serviços executados;

III – Regularidade fiscal e trabalhista:

- comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente e das normas aplicáveis à Administração Pública;

IV – Exigência específica para o Lote 3 (Sistema Central – Hora Técnica):

Para o Lote 3, além dos relatórios técnicos e registros fotográficos, deverá ser apresentada obrigatoriamente a folha de apontamento de horas (timesheet) ou a respectiva Ordem de Serviço, contendo o registro de entrada e saída dos técnicos, identificação nominal dos profissionais, data, horário de início e término, descrição sucinta da atividade executada, identificação do local/equipamento atendido e assinatura do responsável pelo setor demandante ou do Fiscal do Contrato no momento da execução.

Somente serão consideradas para medição e pagamento as horas efetivamente registradas, comprovadas documentalmente e validadas pela fiscalização, vedado o pagamento de horas não apontadas, não assinadas ou incompatíveis com a complexidade do serviço executado.

7.4. Condição para Ateste e Pagamento

O pagamento somente será autorizado após:

- verificação da conformidade da execução dos serviços;
- validação dos relatórios técnicos e registros fotográficos;
- conferência da documentação apresentada;
- ateste do Fiscal Técnico;
- homologação pelo Gestor do Contrato;

7.5. Prazo de Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do ateste definitivo da Nota Fiscal, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Glosas e Ajustes de Medição

Poderão ser aplicadas glosas, totais ou parciais, nos casos de:

- ausência de comprovação da execução dos serviços;
- descumprimento dos níveis de serviço (SLA);
- inconsistência entre os serviços executados e os registrados;
- execução em desacordo com as especificações técnicas;

7.7. Vedação a Pagamentos Indevidos

Não serão pagos:

- serviços não autorizados por Ordem de Serviço;
- serviços não executados ou executados parcialmente;
- serviços sem comprovação técnica adequada;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Arts. 6º, XIII e XXI; 28; 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 73/2022)

A seleção do fornecedor será realizada mediante **licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade

podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A contratação será processada sob o regime do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza contínua, recorrente e sob demanda dos serviços, bem como da impossibilidade de definição prévia exata dos quantitativos a serem efetivamente contratados ao longo da vigência.

8.1. Critério de Julgamento

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por lote**, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, considerando:

- a necessidade de agrupamento de serviços tecnicamente correlatos;
- a busca por ganhos de escala e eficiência operacional;
- a mitigação de riscos relacionados à fragmentação da execução;
- a responsabilidade integrada do contratado por cada conjunto de serviços;

8.2. Natureza do Objeto

O objeto da contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XXI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que:

- envolve atividades de manutenção, instalação e adequação de sistemas de climatização;
- possui padrões de desempenho e qualidade definidos por normas técnicas e práticas usuais de mercado;
- permite especificação objetiva no Termo de Referência;

8.3. Justificativa da Adoção do Pregão Eletrônico

A utilização do Pregão Eletrônico justifica-se em razão de:

- maior competitividade entre os licitantes;
- ampliação da participação de fornecedores;
- maior transparência do certame;
- celeridade do procedimento licitatório;

em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Justificativa da Adoção do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão de:

- execução dos serviços conforme demanda;
- variabilidade das necessidades ao longo do tempo;
- ausência de obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados;
- possibilidade de melhor planejamento e controle da execução;

8.5. Compatibilidade com os Preços de Mercado

Os preços estimados para a contratação foram definidos com base em pesquisa de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, devendo as propostas apresentadas pelos licitantes manter compatibilidade com os valores praticados no mercado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 23 da Lei nº 14.133/2021)

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 289.503,50 (duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e três reais e cinquenta centavos)** distribuído entre os lotes da

seguinte forma:

- **Lote 1 – Serviços de Instalação, Desinstalação e Remanejamento: R\$ 74.555,80;**
- **Lote 2 – Manutenção de Aparelhos (Split e Piso-Teto): R\$ 188.001,09;**
- **Lote 3 – Sistema de Climatização Central (Splitão Dutado): R\$ 26.946,63;**

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando, sempre que possível:

- contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- dados constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- bancos de preços públicos;
- pesquisa direta com fornecedores do ramo;

O detalhamento da formação dos preços, incluindo memória de cálculo, composição dos custos e metodologia adotada, encontra-se devidamente documentado em planilha específica juntada aos autos do processo administrativo, constituindo documento de suporte à estimativa da contratação.

Ressalta-se que, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, os valores apresentados possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, conforme disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023 c/c Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021)

Por se tratar de contratação a ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), a indicação de disponibilidade orçamentária e o respectivo empenho da despesa não são exigidos nesta fase inicial de planejamento e formalização da contratação.

A reserva de dotação orçamentária será obrigatória apenas no momento da formalização do contrato ou da emissão de instrumento hábil equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023.

Tal procedimento decorre da natureza do SRP, que se caracteriza pela formação de um cadastro de preços para contratações futuras e eventuais, não implicando, por si só, obrigação imediata de contratação por parte da Administração, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a execução financeira da contratação observará a disponibilidade orçamentária vigente à época de cada contratação específica, garantindo a compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro do órgão.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES (Arts. 92, 115, 117 e 121 da Lei nº 14.133/2021) **11.1. Obrigações da Contratada**

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital e no contrato:

- executar os serviços conforme especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- atender às Ordens de Serviço (OS) emitidas pela Administração, observando os prazos definidos no SLA;
- disponibilizar profissionais qualificados e devidamente treinados para execução dos serviços;
- cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho, especialmente as

Normas Regulamentadoras (NRs), assegurando o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

- emitir laudos técnicos circunstanciados para as manutenções corretivas, contendo diagnóstico detalhado e indicação das intervenções necessárias;
- executar os serviços somente após autorização formal da Administração, quando se tratar de manutenção corretiva;
- fornecer, nos serviços de carga de gás e substituição de capacitores, todos os insumos necessários, com custos já incorporados ao valor do serviço;
- apresentar relatórios técnicos e registros fotográficos antes e após a execução dos serviços;
- responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos ou às instalações decorrentes de falhas na execução dos serviços;
- cumprir os prazos estabelecidos no SLA, especialmente em áreas críticas hospitalares;
- manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- elaborar, implantar, executar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de climatização abrangidos pelos Lotes 2 e 3, em conformidade com a Lei nº 13.589/2018 e normas técnicas aplicáveis;
- designar profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico pela elaboração e acompanhamento do PMOC, devendo este emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), nos termos da legislação profissional vigente;
- apresentar à Administração o PMOC no prazo estabelecido contratualmente, bem como suas atualizações periódicas;
- manter o PMOC disponível no local da prestação dos serviços ou em meio eletrônico acessível à fiscalização, garantindo sua rastreabilidade e consulta a qualquer tempo;
- assegurar que todas as atividades de manutenção preventiva e corretiva estejam devidamente registradas e alinhadas às diretrizes estabelecidas no PMOC;

11.2. Vedação à Subcontratação

É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

A subcontratação parcial somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da Administração, devidamente justificada, limitada a atividades acessórias e que não comprometam a execução dos serviços principais.

Em nenhuma hipótese será admitida a subcontratação de serviços relacionados à manutenção em ambientes críticos hospitalares, especialmente aqueles previstos nos Lotes 2 e 3, considerando a necessidade de controle rigoroso de acesso, qualificação técnica e segurança sanitária.

A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive quanto aos serviços eventualmente subcontratados, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Obrigações da Administração

Constituem obrigações da Administração:

- emitir Ordens de Serviço (OS) claras e completas para execução dos serviços;

- acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- analisar e validar os laudos técnicos apresentados pela contratada;
- providenciar a aquisição e disponibilização das peças necessárias à execução das manutenções corretivas;
- atestar a execução dos serviços, após verificação da conformidade técnica;
- efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos estabelecidos;
- comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas;
- aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessário;
- garantir condições adequadas para execução dos serviços nas dependências da unidade hospitalar;

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021)

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa e o contraditório.

12.1. Infrações Administrativas

Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- inexecução total ou parcial do contrato;
- atraso injustificado na execução dos serviços;
- descumprimento dos prazos estabelecidos no SLA;
- execução inadequada ou em desacordo com as especificações técnicas;
- apresentação de informações ou documentos falsos;
- falhas reiteradas na execução dos serviços;
- descumprimento das normas de segurança do trabalho;
- não atendimento às Ordens de Serviço;

12.2. Sanções Aplicáveis

Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.3. Multas

Poderão ser aplicadas multas, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, nos seguintes casos:

- atraso no atendimento de chamados (SLA);
- atraso na execução dos serviços;
- descumprimento de prazos contratuais;
- falhas na execução dos serviços;

As multas poderão ser:

- compensatórias;
- moratórias;

e poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada.

12.4. Sanções por Descumprimento do SLA

O descumprimento injustificado dos níveis de serviço estabelecidos implicará:

- aplicação de multa específica;
- glosa proporcional dos serviços não executados adequadamente;
- registro de desempenho insatisfatório;

12.5. Processo Administrativo Sancionador

A aplicação de sanções observará processo administrativo regular, garantindo:

- contraditório;
- ampla defesa;

nos termos da legislação vigente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Diante das análises técnicas realizadas no âmbito do Documento de Formalização da Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Mapa de Riscos, conclui-se que a presente contratação é **tecnicamente viável, juridicamente adequada e necessária** para o atendimento das demandas da Fundação Hospital Frei Gabriel.

A solução proposta, estruturada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com divisão em lotes e segregação entre fornecimento de peças (a cargo da Administração) e execução dos serviços (a cargo da contratada), mostrou-se a alternativa mais eficiente e vantajosa, proporcionando:

- maior controle sobre os custos de manutenção;
- mitigação de riscos de sobrepreço;
- melhoria na governança da execução contratual;
- adequação à natureza contínua e crítica dos serviços de climatização em ambiente hospitalar;


Os riscos identificados, especialmente aqueles relacionados à indisponibilidade de peças, à execução inadequada dos serviços e ao cumprimento dos prazos de atendimento, são considerados **previsíveis e mitigáveis**, mediante a adoção das medidas estruturantes previstas no planejamento, no SLA e no modelo de gestão contratual.

A contratação encontra-se em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, entende-se que o presente Termo de Referência atende plenamente aos requisitos legais e técnicos exigidos, estando apto a subsidiar a realização do procedimento licitatório e a futura contratação.


Frutal-MG, 23 de março de 2026.

Eliseu Eduardo da Silva
Coord. de Suporte e Infraestrutura

		FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71		SOLICITAÇÃO 0001436	
DATA 03/03/2026		SOLICITANTE: ELISEU EDUARDO DA SILVA			CÓDIGO: 389
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:					CÓDIGO: 03.01.01
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL					REQUISIÇÃO:
FINALIDADE: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, desinstalação, instalação, remanejamento, carga de gás e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças exclusivamente pela Administração, para a Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses.					


DADOS DO(s) PRODUTO(s):

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
001	03600700024	Carga de gás aparelhos de 18.000 até 24.000 BTU's SPLIT	SE	20	20	393,33	7.866,66
002	03600700026	Carga de gás aparelhos de 36.000 BTU's PISO TETO	SE	5	5	458,33	2.291,66
003	03600700025	Carga de gás aparelhos de 36.000 BTU's SPLIT	SE	10	10	438,33	4.383,33
004	03600700027	Carga de gás aparelhos de 48.000 até 60.000 BTU's PISO TETO	SE	5	5	533,33	2.666,66
005	03600700023	Carga de gás aparelhos de 9.000 até 12.000 BTU's SPLIT	SE	20	20	348,33	6.966,66
006	03600700015	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTU's SPLIT	SE	10	10	190,00	1.900,00
007	03600700035	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTU's SPLIT L2	SE	10	10	196,67	1.966,67
008	03600700017	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's PISO TETO	SE	3	3	240,00	720,00
009	03600700037	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's PISO TETO L2	SE	5	5	240,00	1.200,00
010	03600700016	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's SPLIT	SE	3	3	233,33	700,00
011	03600700036	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's SPLIT L2	SE	6	6	233,33	1.400,00
012	03600700018	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTU's PISO TETO	SE	3	3	350,00	1.050,00
013	03600700038	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTU's PISO TETO L2	SE	5	5	350,00	1.750,00
014	03600700014	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 até 12.000 BTU's SPLIT	SE	68	68	140,00	9.520,00
015	03600700034	Desinstalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 até 12.000 BTU's SPLIT L2	SE	10	10	140,00	1.400,00
016	03600700042	Elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) – equipamentos Split e Piso-Teto	SE	1	1	6.533,33	6.533,33
017	03600700043	Elaboração e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) – sistema central Splitão dutado	SE	1	1	5.066,67	5.066,67
018	03600700010	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTU's SPLIT	SE	10	10	799,97	7.999,67

		FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71		SOLICITAÇÃO 0001436	
DATA 03/03/2026		SOLICITANTE: ELISEU EDUARDO DA SILVA			CÓDIGO: 389
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:					CÓDIGO: 03.01.01
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL					REQUISIÇÃO:
FINALIDADE: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, desinstalação, instalação, remanejamento, carga de gás e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças exclusivamente pela Administração, para a Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses.					

DADOS DO(s) PRODUTO(s):

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
019	03600700030	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 18.000 até 24.000 BTU's SPLIT L2	SE	10	10	799,97	7.999,67
020	03600700012	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's PISO TETO	SE	3	3	1.366,63	4.099,90
021	03600700032	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's PISO TETO L2	SE	5	5	1.366,63	6.833,16
022	03600700011	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's SPLIT	SE	3	3	1.326,63	3.979,90
023	03600700031	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU's SPLIT L2	SE	6	6	1.326,63	7.959,80
024	03600700013	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTU's PISO TETO	SE	3	3	1.866,63	5.599,90
025	03600700033	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 48.000 até 60.000 BTU's PISO TETO L2	SE	5	5	1.866,63	9.333,17
026	03600700009	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 até 12.000 BTU's SPLIT	SE	68	68	573,33	38.986,64
027	03600700039	Instalação de aparelho de ar-condicionado de 9.000 até 12.000 BTU's SPLIT L2	SE	10	10	573,33	5.733,33
028	03600700020	Manutenção preventiva aparelhos de 22.000 até 30.000 BTU's SPLIT	SE	65	65	216,67	14.083,35
029	03600700021	Manutenção preventiva aparelhos de 36.000 SPLIT	SE	5	5	256,67	1.283,33
030	03600700022	Manutenção preventiva aparelhos de 36.000 até 60.000 BTU's PISO TETO	SE	30	30	323,33	9.699,99
031	03600700019	Manutenção preventiva aparelhos de 9.000 até 18.000 BTU's SPLIT	SE	215	215	190,00	40.850,00
032	03600700041	Serviço de Manutenção Corretiva em Sistema de Climatização Central - Sem Fornecimento de Peças	HT	36	36	383,33	13.799,99
033	03600700040	Serviço de Manutenção Preventiva em Sistema de Climatização Central	HT	24	24	336,67	8.080,01
034	03600700029	Serviço de manutenção corretiva (sem fornecimento de peças)	SE	60	60	496,67	29.800,02
035	03600700028	Troca de capacitores de diversos tamanhos	SE	60	60	266,67	16.000,02
						TOTAL GERAL: 289.503,50	

	FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71	SOLICITAÇÃO 0001436
DATA 03/03/2026	SOLICITANTE: ELISEU EDUARDO DA SILVA	CÓDIGO: 389
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:		CÓDIGO: 03.01.01
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL		REQUISIÇÃO:
FINALIDADE: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, desinstalação, instalação, remanejamento, carga de gás e assistência técnica em aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças exclusivamente pela Administração, para a Fundação Hospital Frei Gabriel, pelo período estimado de 12 (doze) meses.		

DADOS DO(s) PRODUTO(s):

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
----	------	-----------	----	-----------------	---------------	----------------	----------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Elaborado por: EliasAS

--

ORDENADOR ____/____/____	SECRETARIO ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____	SETOR DE COMPRAS ____/____/____
-----------------------------	------------------------------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------